

## **NEM DONZELAS, NEM CALADAS: GUERRILHEIRAS, MILITANTES E ESCRITORAS DA HISTÓRIA**

**Neither maids, nor quiet: guerrilla women, militants and history writers**

**Glaucia Moreira Secco<sup>1</sup>**

<https://orcid.org/0000-0003-1994-9630> 

<sup>1</sup>Universidade Federal do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Ciência da Literatura, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.  
21941-917 – posciencialit@letras.ufrj.br

**Resumo:** Quem são/foram as mulheres das diversas militâncias que lutaram contra as ditaduras instauradas em seus países? O que elas têm a dizer? Qual é a sua perspectiva sobre os fatos? Nas histórias oficiais sobre as diversas formas de resistências políticas contra as ditaduras brasileiras, as que estão consagradas nos livros didáticos e nos artigos acadêmicos, aparecem muitos nomes de lideranças masculinas: Carlos Lamarca, Carlos Marighella, Luís Carlos Prestes, Luís Inácio Lula da Silva, Vladmir Herzog, Paulo Freire, Ulysses Guimarães, entre outros. Com o passar do tempo e a consolidação da democracia no país, nomes femininos passaram a compor essa lista de pessoas que, não só contestavam, como também atuavam diretamente contra os desdobramentos do período cívico-militar. Mesmo em uma sociedade que insiste em definir os papéis de gênero pelo aspecto biológico e social, a guinada subjetiva a que se referiu Beatriz Sarlo (2018) permitiu que as mulheres ganhassem espaço para ampliar suas vozes e analisar e relatar a história desde uma perspectiva situada. O ensaio que escrevo nestas linhas vai ao encontro de um desses relatos, o da sobrevivente Ana Maria Ramos Estevão, no livro *Torre das Guerreiras e outras memórias* (2021).

**Palavras-chave:** Mulheres na ditadura; Feminismo; Gênero.

**Abstract:** Who are/were the women of the different militancies that fought against the dictatorships established in their countries? What do they have to say? What is your perspective on the facts? In official histories on the various forms of political resistance against Brazilian dictatorships, which are enshrined in textbooks and academic articles, many names of male leaders appear: Carlos Lamarca, Carlos Marighella, Luís Carlos Prestes, Luís Inácio Lula da Silva, Vladmir Herzog, Paulo Freire, Ulysses Guimarães, among others. With the passage of time and the consolidation of democracy in the country, female names began to compose this list of people who, not only contested, but also acted directly against the developments of the civic-military period. Even in a society that insists on defining gender roles by the biological and social aspect, the subjective shift referred to by Beatriz Sarlo (2018) allowed women to gain space to broaden their voices and analyze and report history from a situated perspective. The essay that I write along these lines is in

line with one of these reports, that of the survivor Ana Maria Ramos Estevão, in the book *Torre das Guerreiras e outras memórias* (2021).

**Keywords:** Women in the dictatorship; Feminism; Genre.

*E quando é noite, sempre, uma tribo de palavras mutiladas procura abrigo em minha garganta para que eles não cantem, os sombrios, os donos do silêncio.*  
(PIZARNIK, 2002)

## Palavras iniciais

Nesse dia de glória para o povo brasileiro, tem um nome que entrará para a história nessa data pela forma como conduziu os trabalhos dessa Casa. Parabéns, presidente Eduardo Cunha. Perderam em 64, perderam agora em 2016. Pela família e pela inocência das crianças em sala de aula, que o PT nunca teve. Contra o comunismo, pela nossa liberdade, contra o Foro de São Paulo, pela memória do coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, o pavor de Dilma Rousseff. Pelo Exército de Caxias, pelas nossas Forças Armadas, por um Brasil acima de tudo e por Deus acima de todos, o meu voto é sim. (J.M.B., 2016)

Começo a escrita deste ensaio da mesma maneira que a historiadora Juliana Marques do Nascimento inicia o capítulo “A guerrilheira que não guerrilhou: a biografia de Dilma Rousseff por Ricardo Batista do Amaral”, no livro *Guerrilheiras: memórias da ditadura e militância feminina* (2022): com o repugnante discurso do então deputado federal J.M.B.<sup>1</sup>, ex-presidente da República Federativa do Brasil (2019-2022), na votação de *impeachment* da única presidente que o Brasil já teve em sua trajetória democrática, Dilma Rousseff. Por que escolhi começar minha escrita desta maneira? Porque o ano de 2016, para além do *impeachment*, atravessou-me profundamente como educadora, progressista e mulher. Eu soube, desde então, que aquele discurso não era só para a Dilma, era, também, para todas e todos nós, corpos dissidentes do patriarcado branco e masculino. Por que escolhi escrever este trabalho em primeira pessoa? Porque “não posso e, principalmente, não quero falar de outro lugar que não seja este onde meu corpo está geográfica, histórica e intimamente situado” (DAFLON, 2022, p. 54). Porque quero me colocar à escuta e ao acolhimento das palavras que li para escrever este trabalho; porque entendo que hoje, vivendo como mulher de esquerda, latino-americana, residente em um país que foi liderado recentemente (2019-2022) por um presidente autoritário de práticas fascistas, tenho o dever de me aproximar dessas memórias; porque entendo que o uso da primeira pessoa “não é confissão nem é reflexão psicanalítica. É uma habilidade específica, um recurso, na escrita, que interpela o leitor de forma própria, revela e oculta, traz o real, mas ele vem rasurado” (RESENDE, 2021, p. 37); porque, acima de tudo, acredito que “um pensar situado é inevitavelmente um pensar feminista. [...] a potência do pensamento sempre tem corpo. E

<sup>1</sup> Escolho não escrever o nome completo do referido parlamentar por entender que nomeá-lo seria pactuar com o seu desrespeito à Dilma Rousseff e a todas as mulheres que aparecerão ao longo deste trabalho.

nesse corpo se congregam experiências, expectativas, recursos, trajetórias e memórias” (GAGO, 2021, p. 12). Minha escrita deste texto é, portanto, situada e feminista.

Estudar as memórias de uma nação é uma possibilidade genuína de se fazer história, tendo em vista que, sem memórias, repetimos os equívocos, esquecemos as soluções, silenciamos as vozes. Escrever memórias é uma maneira de disputar experiências, (re)organizar cronologias, provocar reflexões no presente e no futuro. Afinal:

não existe uma História neutra; nela, a memória, enquanto uma categoria abertamente mais afetiva de relacionamento com o passado, intervém e determina em boa parte seus caminhos. A memória existe no plural: na sociedade dá-se constantemente um embate entre diferentes formas de “enquadrá-lo” (SELIGMAN-SILVA, 2003, p. 67).

Segundo a historiadora Juliana Marques do Nascimento (2022), para os estudos historiográficos, a inclusão da figura da testemunha, marcada pela subjetividade, mudou a perspectiva sobre quem são os sujeitos históricos, na medida em que a reinclusão dos relatos em primeira pessoa “proporcionou a possibilidade de falar sobre as mazelas vividas” (NASCIMENTO, 2022, p. 19), dando voz a novos pontos de vista sobre os fatos: “aqueles indivíduos e grupos marginalizados e silenciados passam a protagonistas e porta-vozes de determinados processos” (NASCIMENTO, 2022, p. 19). Para a teórica cultural Beatriz Sarlo (2012), esse fenômeno dos relatos individuais forma parte da chamada guinada subjetiva, que consiste em um reordenamento ideológico e conceitual do passado e de seus personagens, a partir da escuta sistemática dos discursos de memória. Contar-se e contar experiências em primeira pessoa, então, restaura a razão do sujeito e seria uma forma de reparar uma identidade machucada (SARLO, 2012, p. 16). Neste ensaio, a partir das memórias relatadas em primeira pessoa por Ana Maria Ramos Estevão, militante de esquerda da década 1970, presa e torturada pelo regime militar entre 1970 e 1973, pretendo estabelecer uma costura entre o passado e o presente das narrativas que compõem parte da memória (coletiva e individual) do país.

A história recente do Brasil atravessa a história de vida de cada uma e cada um de nós, brasileiras e brasileiros. Assistimos, no famigerado 17 de abril de 2016, um domingo, àquele espetáculo de horrores que foi a sessão de abertura do processo de *impeachment* na Câmara dos Deputados. Ao trazer a nossas memórias o ano de 1964 e o coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra<sup>2</sup>, um dos maiores torturadores do período ditatorial cívico-militar brasileiro (e um dos torturadores de Dilma Rousseff), o deputado federal J. M. B. exibia uma fala isenta de neutralidade, marcada, ao contrário, por uma posição ideológica bem definida: para ele, os anos de chumbo são passíveis de homenagem e as torturas enquanto prática, justificáveis. Eu me lembro de chorar muito neste dia ao escutar palavras tão dolorosas quanto sádicas. Eu quis abraçar a presidenta Dilma Rousseff. Abraçá-la, de certa forma, era abraçar a mim e a meus pares. Por isso, nesse momento do texto, peço licença

<sup>2</sup> Aqui repito o nome do coronel por compreender que jamais podemos esquecer o horror que ele representa para a história de nosso país.

para relatar brevemente uma experiência pessoal que julgo estar relacionada a este evento da história recente brasileira.

Na mesma semana após o *impeachment*, passei por uma situação constrangedora em uma das escolas onde lecionava: fui chamada à direção porque um estudante havia me acusado de “ser uma professora militante de esquerda que doutrinava seus alunos em sala de aula”. Ouvi, atônita, o relato e entendi que, a partir daquele momento, nada mais seria como antes. Eu, sempre aguerrida em minhas falas e defensora de uma educação libertadora e plural, me vi diante de um tribunal conservador que não suporta corpos e ideias livres e de luta. A perseguição à presidenta e o desrespeito a suas memórias de luta e resistência eram, também, uma perseguição a qualquer pessoa que, minimamente, lutasse e resistisse à ascensão da opressão e do desvirtuamento das conquistas históricas do país. Dilma Rousseff, além de presidenta da República, foi uma militante de esquerda dos anos de chumbo e, junto a muitas mulheres, escreveu uma parte importante da história do Brasil, que, figuras como o referido deputado federal, ex-presidente da República (2019-2022), tentam, a qualquer custo, apagar, silenciar, sufocar. Muitas vezes, literalmente. E é com essas e tantas mulheres que quero dialogar neste texto.

O ano era 2018. O mês, março. O dia, 14. A vereadora carioca, Marielle Franco, fora brutalmente assassinada, dentro de um carro em movimento, quando saía do encontro “Jovens Negras e Movendo as Estruturas”, na região central do Rio de Janeiro, a Lapa, bairro carioca famoso por ser um lugar de encontro de militantes de esquerda, feministas, comunidade LGBTQIA+ e progressistas. Ao longo de pouco mais de 5 anos, quatro deles sob a vigência de um governo fascista, não se vislumbrou uma resolução definitiva do crime. A investigação sofreu muitos boicotes e enfraquecimento. Em julho de 2023, entretanto, com a retomada de um governo federal progressista, a investigação do assassinato da vereadora ganhou novos rumos: saiu do âmbito estadual e passou à esfera federal. Sob a orientação do Ministério da Justiça, a polícia federal encontrou mais um responsável pelo planejamento e pela execução do plano macabro, revelou o assassino, os procedimentos e chegou bem próximo das principais respostas que pairaram sobre o caso: quem mandou matá-la e por quê. Semelhante ao que aconteceu no caso da investigação do crime contra Marielle Franco, a Comissão Nacional da Verdade, instituída em 16 de maio de 2012, criada para apurar graves violações aos Direitos Humanos ocorridas entre 18 de setembro de 1946 e 5 de outubro de 1988, foi formada sob o governo de Dilma Rousseff, uma das sobreviventes da tortura imposta pelo regime ditatorial cívico-militar. Foi necessária a eleição de uma mulher vítima da tortura para que uma investigação pudesse, finalmente, ser iniciada. No caso de Marielle Franco, foi necessária a retomada da democracia para que a investigação e a punição dos culpados fossem levadas a sério.

Marielle Franco era uma mulher preta, da favela, lésbica, militante de esquerda e principal voz na Câmara dos Vereadores da cidade do Rio de Janeiro na defesa dos direitos humanos, na denúncia contra as milícias e a violência cometida em ações policiais nas comunidades periféricas. Foi executada com três tiros na cabeça e um no pescoço. No dia

11 de julho de 1970, Ana Maria Ramos Estevão, autora do livro que analiso neste ensaio, então estudante universitária e estagiária, junto a outros companheiros e companheiras, foi presa pela primeira vez, a caminho da sua casa, acusada de terrorismo e desacato ao poder militar, em um domingo de Copa do Mundo, na capital de São Paulo.

Fomos vendados com capuz preto, imundo, cheirando a barata e ratos – ainda não sabia que esse procedimento era comum –, através do qual conseguíamos ver muito pouco. Sinto certo asco até hoje quando relembro esse capuz e o trapo que eles usavam para nos amordaçar durante as sessões de choque (ESTEVÃO, 2021, p. 39).

Um ano e onze meses após a abertura do processo de *impeachment* de Dilma Rousseff, Marielle Franco foi assassinada. Dois anos e seis meses após o processo de *impeachment* de Dilma Rousseff, J.M.B, capitão do exército reformado e ex-deputado federal pelo Estado do Rio de Janeiro, foi eleito presidente da República. Seis anos depois daquele domingo no Congresso Nacional, o povo brasileiro vivenciou um período eleitoral violento. Cinquenta anos passados, as experiências relatadas por Ana Maria Estevão ainda nos soam muito familiares. Seriam coincidentes esses processos na história recente do país?

### **Corpos de luta: qual o lugar das mulheres nas lutas contra a opressão?**

Fui duas mulheres e vivi duas vidas. Uma de minhas mulheres queria fazer tudo segundo os clássicos anais da feminilidade: casar, ter filhos, ser complacente, dócil e bem nutrida. A outra queria os privilégios masculinos: independência, valer-se por si mesma, ter uma vida pública, agitação, amantes. Aprender a balanceá-las e unificar suas forças, para que não me separassem com suas lutas de mordidas e puxões de cabelo, tomou grande parte de minha vida. Creio que ao fim consegui com que ambas coexistam sob a mesma pele. Sem renunciar a ser mulher, creio que consegui também ser homem (BELLI, 2002, p. 15-16).

As palavras da escritora nicaraguense Gioconda Belli vão ao encontro da temática deste ensaio: quem são/foram as mulheres das diversas militâncias que lutaram contra as ditaduras instauradas em seus países? O que elas têm a dizer? Qual é a sua perspectiva sobre os fatos? Nas histórias oficiais sobre as diversas formas de resistências políticas contra as ditaduras brasileiras, as que estão consagradas nos livros didáticos e nos artigos acadêmicos, aparecem muitos nomes de lideranças masculinas: Carlos Lamarca, Carlos Marighella, Luís Carlos Prestes, Luís Inácio Lula da Silva, Vladmir Herzog, Paulo Freire, Ulysses Guimarães, entre outros. Com o passar do tempo e a consolidação da democracia no país, nomes femininos passaram a compor essa lista de pessoas que, não só contestavam, como também atuavam diretamente contra os desdobramentos do período cívico-militar. Mesmo em uma sociedade que insiste em definir os papéis de gênero pelo aspecto biológico e social, a guinada subjetiva a que se referiu Beatriz Sarlo (2012) permitiu que as mulheres ganhassem espaço para ampliar suas vozes e analisar e relatar a história desde uma perspectiva situada. O trabalho que escrevo nestas linhas vai ao encontro de

um desses relatos, o da sobrevivente Ana Maria Ramos Estevão, hoje professora livre-docente aposentada da Universidade Estadual Paulista (UNESP), professora adjunta da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP) e membra do Sindicato dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (ANDES).

Nascida em Maceió, em 1948, Ana Maria Ramos Estevão é filha de uma mãe de descendência portuguesa e espanhola, de uma família de comerciantes e pescadores de Alagoas. Seu avô materno, espanhol e anarquista, proibira a mãe de Estevão de se tornar freira. Seu pai era pescador e associado à cooperativa de pescadores da Praia de Pajuçara. Ana M. R. Estevão declara que cresceu ouvindo as palavras “escritor”, “intelectual” e “comunista”, de maneira positiva e, inclusive, reverenciada. Em 1955, toda a família se mudou para a cidade de São Paulo, onde Ana M. R. Estevão pôde estudar em escolas públicas e aprender a ler e a escrever. Vivendo em condições financeiras muito complicadas, a família de Estevão contava com a ajuda da comunidade de nordestinos que morava na mesma região. Foi nesse momento que Ana M. R. Estevão ingressou na Igreja Metodista e entrou em contato com grupos de esquerda e da Teologia da Libertação. A formação intelectual da juventude de Ana M. R. Estevão se deu no Instituto Metodista, para onde foi estudar em regime de internato, aos 17 anos, e na Igreja Metodista: “A minha inesgotável curiosidade a respeito do mundo da política me levou a procurar respostas. Algumas delas encontrei com os meus amigos da Igreja Metodista, que eu sabia serem de esquerda (ESTEVÃO, 2021, p. 81)”. Em 1969, Ana M. R. Estevão ingressou no curso de Serviço Social da Faculdade Paulista de Serviço Social. Nesse momento, sua trajetória militante seria iniciada.

No livro *Torre das guerreiras e outras memórias* (2021), a professora relata, em primeira pessoa, suas memórias do período em que esteve presa junto com outras mulheres militantes no Presídio Tiradentes, na cidade de São Paulo, entre os anos de 1970 e 1971, e as duas outras vezes em que foi detida pelo regime militar, em períodos mais curtos, em 1972 e 1973.

Construído em 1854 para abrigar pessoas escravizadas que chegavam a São Paulo, o Presídio Tiradentes, espaço central do relato de Estevão, na primeira década do regime ditatorial cívico-militar brasileiro, tornou-se um presídio para presos políticos e era formado por um grande complexo, dividido por setores. Como parte de uma prática insistente de evitar as memórias, o Estado brasileiro demoliu o prédio que abrigava o presídio ainda nesta época, em 1973, transformando-o, posteriormente, na estação de metrô Tiradentes, no centro da cidade.

A ala onde ficavam as presas militantes mulheres foi alcunhada de “Torre das Donzelas”, em uma clara alusão aos contos de fadas. Sobre isso, Ana M. R. Estevão escreve:

Um dia, conversando com as companheiras que estiveram comigo lá na Torre, surgiu a pergunta: ‘Por que Torre das Donzelas? De onde veio esse nome? Quem é que deu?’. Ah, sim, o nome Torre das Donzelas havia sido

dado pelos presos políticos da ala masculina, com os quais tínhamos lutado lado a lado. Será que eles nos viam, ainda que idealizadamente, como frágeis donzelas à espera do cavaleiro que, montado num estupendo cavalo branco, nos salvaria de todo o sofrimento? Nossa salvação dependia disso, então? Que coisa mais machista! (ESTEVÃO, 2021, p. 27)

A escolha pelo título *Torre das Guerreiras* (e não, *Donzelas*), então, foi uma negação de Ana M. R. Estevão ao estereótipo de donzelas indefesas à espera de príncipes salvadores. Parafraseando Gioconda Belli, a militante brasileira e suas companheiras de torre, por serem mulheres, recusaram-se a ser donzelas à espera de homens salvadores. Segundo a historiadora Maria Cláudia Ribeiro (2018),

as pesquisas históricas sobre o confronto armado no Brasil concentram-se mais em enfatizar elementos como a obsessão pelo poder ou pela autoridade, falta de organização, verborragia excessiva, machismos ou mesmo tanatomania. As escolhas individuais de luta aparecem muito pouco enquanto processos, e as vivências de resistência, raramente são abordadas enquanto espaços dialógicos, de construção de identidades, de pluralidades, com seus pontos de conhecimento, de inflexão e de dúvida (RIBEIRO, 2018, p. 18-19).

Nessa lógica em que o poder e a autoridade se sobressaem às motivações de luta, as variedades de funções que as mulheres desempenharam na luta armada e nos movimentos de esquerda de resistência foram invisibilizados pela historiografia oficial. Ler a escrita da memória dessas mulheres que, além de lutarem, ousaram falar, é uma forma, também, de escrever a história, disputando espaço com as narrativas dominantes. Ana M. R. Estevão sabe que as histórias de lutas não são necessariamente compostas de grandes heróis e heroínas, são engendradas por pessoas comuns, guerrilheiros anônimos que “desejaram e sonharam sair do cotidiano, fazendo história e mudando o próprio cotidiano, tornando-o mais leve e mais prazeroso para todos” (ESTEVÃO, 2021, p. 26). A memória documentada de mulheres como Ana M. R. Estevão é um território de disputa contra o silenciamento e o cinismo de uma história que tenta esconder os corpos e as vozes em luta, liquidando a possibilidade de se acreditar em um caminho de felicidade.

O registro da memória ainda é um terreno em disputa, não delimitado, que deve ser escrito, e não é à toa que ainda há segmentos do Estado que se opõem à abertura dos documentos da ditadura civil-militar brasileira. Por isso sinto-me no dever moral de registrar estas memórias antes que o tempo as apague e não reste nada mais que a lembrança difusa da dor que esta escrita pretende, senão extinguir, ao menos, acalmar.

Memórias gravadas no tempo cotidiano há muitos anos, mas que, no tempo histórico, no meu inconsciente, mistura o vivido e o sonhado, o cotidiano e a história, transita entre o passado e o presente. (ESTEVÃO, 2021, p. 25).

“Transita entre o passado e o presente”. Durante cinquenta anos, Ana M. R. Estevão elaborou o trauma até sentir-se segura de falar publicamente sobre o que lhe havia passado. Sua escrita transita entre o passado e o presente, conectando-os por um fio que permanece sendo de muitas lutas a serem vencidas no Estado brasileiro que,

aparentemente, não superou o fascínio pela opressão. A insistência em escrever após cinco décadas revela que o presente ainda é uma consequência direta do passado antidemocrático que organiza nossa história e memória social e política. A insistência em escrever é, também, uma forma de apontar a permanência do inimigo e evidenciar a barbárie. No artigo “Literatura e catástrofe no Brasil: anos 70”, o pesquisador Renato Franco analisa os modos literários que reagiram, de alguma maneira, à brutalidade política da década de 1970, classificando-os como “literatura de testemunho”, que funcionaria, segundo ele, como uma ferramenta para salvar a história do esquecimento.

A tarefa de lembrar a tragédia, de narrar o núcleo dos fatos – enfim, de narrar a história a contrapelo –, envolve ainda o enfrentamento, por parte do narrador, do sofrimento experimentado, além de alimentar nele a esperança de que tal narração seja um meio de acusar o inimigo pela barbárie perpetrada, impedindo-o assim de continuar a adotar tais práticas. (FRANCO, 2003, p. 360)

Ao diferenciar o tempo cotidiano do tempo histórico, Ana M.R. Estevão, em seu livro de memórias, joga luz sobre as incoerências que dinamizaram politicamente as últimas décadas no Brasil, envolvendo o alto poder e as pessoas comuns, em uma relação atravessada por uma quantidade exaustiva de informações duvidosas e equivocadas. Estevão aponta, de modo muito acertado, que as pessoas que, como ela, lutaram contra o poder autoritário, eram movidas por “barricadas do desejo”, da felicidade e de uma vida sensata e ética.

Por isso foram fazer guerrilha rural e urbana, objetivando tornar possível uma revolução que libertasse o país do jugo do imperialismo ianque e do capitalismo, que construísse uma sociedade igualitária e socialmente justa. Esses guerreiros anônimos não foram heróis ou heroínas, apenas desejaram e sonharam sair do cotidiano, fazendo história e mudando o próprio cotidiano, tornando-o mais leve e mais prazeroso para todos (ESTEVÃO, 2021, p. 26).

Sobre essa espiral do desejo que promove ações de luta, a socióloga argentina Verónica Gago assevera que “o desejo possui um potencial cognitivo” (GAGO, 2020, p. 10), na medida em que é movimentado por uma potência (a feminista, no caso do livro), que funcionaria como uma “alternativa do poder” estabelecido em direção a um contrapoder.

A potência feminista se refere a uma teoria alternativa do poder. Potência feminista significa reivindicar a indeterminação do que se pode, do que podemos – isto é, entender que não sabemos do que somos capazes até experimentar o deslocamento dos limites em que nos convenceram a acreditar e que nos fizeram obedecer. **Não se trata de uma teoria ingênua do poder, mas de compreender a potência como desenvolvimento de um contrapoder (inclusive de um duplo-poder).** E, finalmente, a afirmação de um poder de outro tipo, que é invenção comum contra a expropriação, usufruto coletivo contra a privatização e ampliação do que desejamos ser possível aqui e agora. (GAGO, 2021, p. 10. Grifo meu.)

Para ela, a potência, como anuncia o título, é um desejo por transformação de tudo. No caso das memórias de Ana M. R. Estevão, o “tudo” era a perversão que os detentores do poder exerciam contra todos os que consideravam inimigos do Estado, deixando marcas físicas e psíquicas.

Durante muito tempo, não consigo precisar quanto – horas, minutos, dias, não há medidas de tempo para avaliar os hiatos entre a dor e o fim da dor, entre perder a condição de sujeito e recuperá-la, entre querer morrer e ser impedida de fazê-lo –, levei choques na orelha, nos dedos dos pés e nas genitais. [...] Confesso que o que mais me ofendeu foi ter levado um tapa no rosto. [...] Ele se justificou dizendo que eu, por ser mulher, estava a ponto de ter um ataque histérico e que ele havia me batido no rosto para me acalmar. (ESTEVÃO, 2021, p. 44-45)

Nesse ínterim, o recorte de gênero se faz inevitável, tendo em vista que os corpos femininos e feminizados são os alvos de políticas da morte, em âmbito público e privado. Por isso, a definição de potência feminista. Considero, nesse sentido, que as memórias de Ana M.R. Estevão ingressam nessa potência ao disputarem a narrativa das guerreiras, negando o estereótipo de donzelas e trazendo para o presente uma parte silenciada da história do país. Movidas pelo desejo de transformar tudo, as mulheres que estiveram presas com Ana M. R. Estevão estavam, acima de tudo, lutando.

As mulheres que chegaram até a Torre estavam lutando. Umas estavam engajadas na luta armada, outras não, mas todas estavam enfrentando a ditadura cívico-militar, as injustiças cometidas contra a população brasileira, especialmente sua parcela mais pobre e com menos perspectivas.

Estábamos tentando salvar a nós mesmas e aos outros, estávamos tentando salvar todo um futuro. O preço que pagamos foi alto. Cada uma que lá esteve pagou caro por sua luta. Fomos torturadas, muitas morreram. Algumas ficaram presas durante anos, outras foram exiladas, separadas de seus pais, de seus amores, de seus filhos. (ESTEVÃO, 2021, p. 27)

A filósofa estadunidense Judith Butler (2019), no livro *Quadros de guerra: quando a vida é passível de luto?*, defende ideia semelhante à de Gago e é categórica ao declarar que a agressão faz parte da vida e da política. Aparentemente controversa, essa afirmação, entretanto, apresenta uma necessária separação entre agressão (como potência) e violência (como poder). De acordo com Butler, “existem maneiras de dar forma à agressão que atuam a serviço da vida democrática, incluindo o ‘antagonismo’ e o conflito discursivo, as greves, a desobediência civil e mesmo a revolução” (BUTLER, 2019, p.79). Isso implicaria uma necessidade de elaborar e controlar a capacidade de destruição, dando-lhe uma forma vivível, possível. Resistir à opressão é uma postura agressiva diante da imposição de poder, mas é, também, uma ferramenta de luta. O gesto de documentar as memórias de um período opressor, em um Estado que insistiu durante décadas em silenciar as violências, é uma ferramenta de luta.

A escritora dessas memórias, hoje professora universitária e sindicalista, sobreviveu à tortura de seu corpo e de sua subjetividade. Ana M.R. Estevão, entre 1970 e 1973 esteve

detida por três vezes. Na primeira, a mais longa, entre julho de 1970 e março de 1971. Na segunda, por uma semana, em agosto de 1972. Na terceira, entre julho e setembro de 1973. A primeira prisão é a que dá nome ao livro de memórias, a Torre das Guerreiras, onde Ana M. R. Estevão permaneceu em cárcere por nove meses, junto a outras mulheres da militância. Entre elas, a ex-presidenta da República Dilma Rousseff, que escreve, no prefácio:

Ainda que tenha como tema um período histórico sofrido, de exílios, violência, torturas e perdas humanas, o livro de Ana Maria Ramos Estevão, uma de minhas parceiras de resistência enquanto vivemos intermináveis meses encarceradas no Presídio Tiradentes, em São Paulo, entristece-nos pelas denúncias que voltam à tona, mas não nos deprime. [...]

Comove pela honestidade e pela capacidade que a autora tem de, mesmo em meio ao ódio e à brutalidade das torturas que nós, presos políticos, fomos tratados, encontrar, onde preponderava o sofrimento, pequenas alegrias e motivos para acreditar na humanidade quando a rotina era a banalidade do mal. (ROUSSEFF, 2021, p. 15)

Além de Dilma Rousseff, havia outras mulheres na Cela 1 da Torre das Guerreiras fazendo companhia a Ana M. R. Estevão. Em um trecho intitulado “Galeria das guerreiras” (ESTEVÃO, 2021, p. 108), a autora monta um breve relatório das dez companheiras de cela mais próximas, marcando as diferenças de todos os tipos entre elas e, principalmente, enaltecendo suas qualidades mais sobressalentes. A passagem por esse subcapítulo demonstra que, por meio da escrita, Ana M. R. Estevão deseja documentar suas presenças em vida na história do país em suas memórias. Na lista de Estevão estavam estudantes universitárias, trabalhadoras do campo, professoras, herdeiras de classe média, todas reprimidas pelo mesmo regime político ditatorial. As mulheres, sob a perspectiva de Estevão, formavam uma comunidade afetuosa de sobreviventes.

Nunca abríamos mão do riso, da alegria e da civilidade como estratégia de sobrevivência, haja vista que, para garantir o moral elevado, o humor era fundamental. Cantar também era nosso costume. Cantávamos o tempo todo: por tristeza, para avisar das novidades, quando alguém chegava, quando alguém saía. As cantorias estavam sempre presentes. (ESTEVÃO, 2021, p. 117)

Em muitos momentos do livro, Ana M. R. Estevão ressalta que uma torre, a princípio clausura, tornou-se um refúgio para muitas das mulheres que por ali estiveram. Elas compuseram um coletivo.

Até hoje o sentimento que me vem é muito cálido quando penso em todas as companheiras da Torre. **Sinto saudades e, a ironia das ironias, eu me sentia protegida e feliz na cadeia.** Estava entre iguais, podia conversar sobre qualquer assunto, as pessoas eram cultas, lidas, inteligentes e prestativas, a comida era boa, os riscos estavam temporariamente suspensos, havia muito a aprender. Essa era a minha comunidade ideal. Logo percebi que ficar muito tempo presa com essas companheiras seria um acréscimo à minha vida. (ESTEVÃO, 2021, p. 101. Grifo meu).



“A prisão é um controle do espaço e do tempo. Ela te define e te isola”. “A torre é uma experiência política também”. Essas são afirmações de Dilma Rousseff, no documentário “Torre das Donzelas” (2018), de Susana Lira. A prisão, apesar de controlar o espaço e o tempo, ou talvez por causa disso, é uma experiência política, porque também é uma experiência de coletividade, de convivência entre diferentes, de trocas, de cuidados compartilhados. Em um comovente capítulo de seu livro, Ana M. R. Estevão fala sobre como as diferenças de classe e formação intelectual, por exemplo, eram parte das trocas e dos aprendizados coletivos na torre.

... tudo o que tínhamos na cela e na Torre era do coletivo: quem precisasse poderia usar, com exceção das roupas e objetos de uso pessoal, que também poderiam ser emprestados, desde que a proprietária assim autorizasse. **Todos podiam comer os alimentos que chegavam para o coletivo** [...]. Em geral, dividíamos iguarias como iogurtes, doces e chocolates com as companheiras de cela. As de família abastada, a grande maioria, recebiam em grande quantidade as comidinhas mais gostosas. (ESTEVÃO, 2021, p. 98. Grifo meu)

Eu, que passava fome na maior parte do tempo da minha infância e durante a faculdade, tornei-me uma gourmet. Comer frango defumado assado em manteiga e mel de cana foi o suprassumo. As comidas um pouco mais requintadas que eu como hoje, aprendi a gostar delas no presídio: risotos, tender, as misturas de doce e salgado, iogurtes. (ESTEVÃO, 2021, p. 104) “Podíamos, também, se quiséssemos, entrar nos grupos de estudos, ler os livros que tínhamos e participar das discussões.” (ESTEVÃO, 2021, p. 100) Com o tempo, conheci melhor outras mulheres que ali estavam. Afinal, permaneci nove meses na Torre. Muita gente passou por lá e saiu de lá. **Muitas que estavam antes de mim e que me receberam e falaram mais próximos aos meus afetos. Com elas me identifiquei logo que cheguei à Torre, e até hoje estão numa galeria do meu coração.** (ESTEVÃO, 2021, p. 107. Grifo meu)

O relato de Ana M. R. Estevão aponta para uma estratégia de resistência. Judith Butler fala em “vida precária” e “corpos vulneráveis”. Verónica Gago fala em “corpo-território”. Ambas entendem o corpo como uma composição de afetos, recursos e possibilidades (GAGO, 2021), vulnerável por definição, tendo em vista o espectro de emoções que o compõe – prazer, raiva, sofrimento, esperança –, todos em relação a outro ou outros corpos (BUTLER, 2019). Os corpos estão sempre em relação com outros. Por isso, um movimento contra outro corpo (por meio de violências como a tortura, por exemplo) é uma ação de dominação, de imposição de poder, de devastação de território. A antropóloga Rita Segato (2019) dá a esse movimento de capturar algo que fluía como a vida para torná-lo destituído de significado, como coisa, o nome de pedagogia da残酷: “Nesse sentido, essa pedagogia ensina algo que vai muito além de matar, ensinam a matar de uma morte desritualizada, de uma morte que deixa apenas resíduos no lugar do defunto” (SEGATO, 2018, p. 11)<sup>3</sup>. Enclausuramento em uma torre e práticas de tortura são ações da pedagogia

<sup>3</sup> No original: “En ese sentido, esta pedagogía enseña algo que va mucho más allá del matar, enseñan a matar de una muerte desritualizada, de una muerte que deja apenas residuos en el lugar del difunto”

da crueldade contra corpos que ousaram lutar por liberdade e justiça.

Sobre esse tipo de violência, Ana M. R. Estevão é enfática em seu relato: “na tortura não existe sujeito, ele foi anulado; portanto, não se pode responsabilizar alguém que falou sob tortura, pois não era um indivíduo que estava lá, mas um sujeito que foi rebaixado ao estado de coisa” (ESTEVÃO, 2021, p. 42). Atacar violentamente um corpo é uma forma de rebaixá-lo ao estado de coisa. Judith Butler (2019) explica que esse processo de coisificação sob condições de violência é uma restrição do que podemos sentir, provocadora de repulsa ou indignação diante de uma situação como a tortura. Ela entende que “a guerra sustenta suas práticas atuando sobre os sentidos, atenuando a comoção diante de determinadas imagens e determinados sons” (BUTLER, 2019, p. 83). Isso, consequentemente, minaria “as bases de uma democracia sensata, restringindo o que podemos sentir” (BUTLER, 2019, p. 83), na medida em que uma atitude ética depende de enquadramentos interpretativos favoráveis ao afeto e que “o esquema interpretativo tácito que distingue as vidas dignas das não dignas de consideração funciona fundamentalmente através dos sentidos, diferenciando os gritos que podemos ouvir dos que não podemos” (BUTLER, 2019, p. 83). Se a tortura anula o sujeito, significa que o esquema tácito de sentidos está suspenso, bem como as bases de uma democracia sensata. Mas e quanto ao torturador?

Ana M. R. Estevão, ao relatar uma de suas experiências de anulação como sujeito, posta sob choques elétricos em um pau de arara, assevera sobre os perpetradores de seu sofrimento: “esses jovens torturavam por prazer e por ideologia, riam cinicamente enquanto as pessoas sofriam e gritavam. Esse não era o trabalho deles: eram fascistas voluntários, sendo treinados para a crueldade” (ESTEVÃO, 2021, p. 46). O perfil dos torturadores de Ana M. R. Estevão é bastante conhecido de nossa sociedade patriarcal: homens brancos, jovens, municiados pelo (pretenso) poder da farda e da arma de fogo. O prazer em ter poder. O prazer em impor poder.

A responsabilidade pelas consequências da tortura, sejam quais forem, é do torturador. Esperar que os companheiros tenham uma postura heroica ou achar que eles não têm o direito de querer ficar vivos ou, no mínimo, desejar que a dor estanke é cruel e perverso, pois exime o torturador da culpa e transforma os companheiros que deram informações para a repressão em delatores, como se a eles tivesse sido dado o direito de escolher, como se já não bastasse o tormento de consciência que os aflige. [...]

Deus não existe na tortura, ficamos sós, completamente sós. (ESTEVÃO, 2021, p. 42-43)

Ana M. R. Estevão revela em seu livro que fora interrogada duas vezes pelo Major Brilhante Ustra. Na primeira vez, após horas pendurada em um pau de arara, Ustra ordenou que a tirassem do pau de arara por acreditar que ela não resistiria à tortura por ser muito magra. “Quando saí do pau de arara, minhas pernas e meus braços estavam completamente adormecidos, e demorei algum tempo para ficar em pé” (ESTEVÃO, 2021, p. 47). Coincidemente, Ustra era frequentador da mesma igreja que Estevão

frequentava, a Igreja Metodista Central do bairro da Liberdade, em São Paulo, espaço onde ela passou a questionar as mazelas do mundo ao entrar em contato com amigos de esquerda frequentadores do mesmo templo e a estudar textos comunistas e a Teologia da Libertação. Estevão também foi interrogada por Ustra na segunda vez em que esteve presa. Dessa vez, aparentemente, o fato de terem formado parte da mesma comunidade religiosa fez com que o abominável torturador julgasse Estevão frágil, “boba” e aliada.

Fui interrogada de novo diretamente pelo major Ustra, que me achou com cara de mocinha boba da Igreja Metodista, me entregou um papel com o seu telefone pessoal e me orientou: “Caso a Susana lhe procure, marque um encontro com ela e ligue para este número. A senha é ‘uma moça metodista’”. [...] Peguei o papelzinho e saí de lá. Um grande arrependimento que carrego é não ter tido coragem de cuspir na cara do Ustra, que, a esta altura, espero, deve estar queimando no fogo do inferno. (ESTEVÃO, 2021, p. 133-134)

Na história recente do país, o cuspe que Ana M. R. Estevão não deu em Ustra foi dado em J.M.B. pelo então deputado federal Jean Wyllys, no domingo do *impeachment*, após o ex-deputado federal e, posteriormente, ex-presidente da República, ter invocado o nome de Ustra na declaração de seu voto. Com a publicação de suas memórias, Ana M. R. Estevão, agora, também pode “cuspir na cara do Ustra”.

## Palavras finais

Eu nunca fui presa, por isso não consigo imaginar como é estar impossibilitada de exercer minha liberdade de conviver plenamente em sociedade, principalmente quando sei que essas prisões foram consequências de violências e injustiças do Estado brasileiro. Lendo as palavras de Ana M. R. Estevão, entretanto, penso na simbologia que representa o fato de ela ter ficado presa durante nove meses na Torre das Guerreiras junto de outras mulheres. Nove meses. O tempo de uma gestação. O tempo necessário para se nascer. O útero, a primeira casa onde todos os seres humanos um dia moraram, lugar seguro e protegido do espaço externo, é o lar invocado em minha imaginação quando olho para as palavras de Ana M. R. Estevão. “Os riscos estavam temporariamente suspensos”, escreve ela. Viver em sociedade é sempre um risco. Viver em uma sociedade ditatorial e fascista é um risco ainda mais grave. Nessas sociedades, não há lugar algum que seja totalmente seguro. Mas o útero, sim, foi o nosso espaço de segurança inicial, para que crescêssemos o suficiente a fim de suportarmos o mundo do lado de fora. A torre, para essas mulheres, durante algum tempo, foi a possibilidade de estar, novamente, em um espaço de acolhimento e segurança. Ali dentro, além disso, fortaleceram afetos, compartilharam conhecimentos e se preparam para viver novamente do lado de fora, para muitas, uma vida outra. Penso nisso, também, quando leio o trecho no qual Ana M. R. Estevão mostra a sua frustração ao descobrir que o Presídio Tiradentes havia sido demolido. Para ela, aquela demolição era a demolição de sua história pessoal: “A percepção da não existência física do Presídio Tiradentes tornou quase obrigatória a necessidade de escrever essas



memórias" (ESTEVÃO, 2021, p. 63). É como se a demolição fosse a destruição do lugar onde ela aprender a nascer de novo, o outro útero.

Apesar de ser um texto que relata memórias dolorosas, publicado recentemente, em um momento da história do país em que fomos impelidas e impelidos a defender a manutenção da democracia em nosso país, o livro de Ana M. R. Estevão é, também, uma saudação à força da coletividade feminina em resposta às dores da violência, aos silenciamentos e ao enclausuramento. Para além de nos fazer conhecer suas experiências com a opressão, Ana M. R. Estevão nos chama para um suspiro de esperança em meio ao caos, nos invocando à luta, à vida que vale a pena ser vivida, pela qual é imprescindível lutar. Explica ela:

Mas, já que vivi e vivo intensamente uma época em que as mulheres não precisam mais se vestir de homens ou se comportar como tais para literalmente ir à luta, como foi o caso de Joana D'Arc, Diadorim, George Sand e muitas outras, fui à luta. Relato essas memórias como a guerreira que fui na Torre – mulher, professora, mãe e avó – para que meus filhos, meus netos, meus amigos, meus alunos e todos que as lerem digam: a luta e a esperança, sempre! Viver é muito perigoso, mas é muito bom! (ESTEVÃO, 2021, p. 164).

Após o assassinato da vereadora Marielle Franco, em 17 de março de 2018, uma multidão de ativistas, mulheres, comunidade LGBTQIA+ e progressistas tomaram as ruas para lutar por justiça e saldar sua memória de vida e de lutas. Em meio à dor coletiva, Marielle Franco tornou-se semente. Sementes, quando plantadas em terras férteis, florescem, multiplicam, alimentam. No último evento do qual participou, na mesma noite em que foi morta, nossa semente Marielle, cultivando sua força, quase como um presságio, se despediu das participantes citando Audre Lorde, escritora estadunidense, negra, gay e feminista: "Não sou livre enquanto outra mulher for prisioneira, mesmo que as correntes dela sejam diferentes das minhas" (LORDE, 2019, p. 152). Ana M. R. Estevão, Dilma Rousseff e tantas outras guerreiras da torre, prisioneiras da ditadura cívico-militar brasileira, lutaram pela liberdade política de seu país e de seus corpos. Quase perderam a vida para a violência da opressão. Como Marielle Franco, essas guerreiras também são sementes, plantadas em uma terra fértil de vontade de vida e de luta. Mulheres, em luta, celebram a força de estarem vivas em uma sociedade racista, classista, misógina e feminicida. Por isso, na Torre, Ana M. R. Estevão e suas companheiras cantavam para resistirem e (re)existirem do lado de fora.

Nunca abrimos mão do riso, da alegria, e da civilidade como estratégia de sobrevivência, haja vista que, para garantir o moral elevado, o humor era fundamental. Cantar também era nosso costume. Cantávamos o tempo todo: por tristeza, para avisar das novidades, quando alguém chegava, quando alguém saía. As cantorias estavam sempre presentes. Cantávamos canções da resistência francesa, dos partigiani italianos, da Guerra Civil Espanhola, músicas de protesto latino-americanas, músicas de guerrilha cubana e muita MPB. (ESTEVÃO, 2021, p. 117-18)



Por isso, nas ruas, em manifestações, cantamos, dançamos para permanecermos atentas e fortes.

A massividade da convocatória, enquanto se sabia o que estava acontecendo em tantos outros países, **tornou inesquecível aquela jornada de entusiasmo coletivo**, quando se compartilhavam em voz alta as cenas de desacato cotidiano, as fofocas de revolta, os murmúrios anônimos do dia em que, como se cantava ali, debaixo de chuva, paramos o mundo e nos encontramos. (GAGO, 2020, p. 47, sobre a primeira greve de mulheres na Argentina. Grifo meu.)

A ditadura cívico-militar brasileira empilhou mortos e sufocou ideias. Uma de suas piores heranças é a violência de Estado contra corpos marginalizados e dissidentes. Mais recentemente, também trouxe à tona a legitimação e o fortalecimento de discursos de ódio contra todas as minorias. Marielle Franco, mulher preta, lésbica e periférica, morta aos 38 anos, é uma das inúmeras vítimas desses discursos de ódio. Desde sua morte, carregamos uma sucessão de lutos. Judith Butler (2019) defende que o luto público tem um enorme potencial político, na medida em que “se estamos falando de luto público ou de indignação pública, estamos falando de respostas afetivas que são fortemente reguladas por regimes de força e, algumas vezes, sujeitas à censura” (BUTLER, 2019, p. 66). A democracia brasileira recente tem 38 anos de existência está em constante (e sério) risco de golpe. A censura às ideias, à educação pública de qualidade e às manifestações está posta no cotidiano de todas e todos nós. Ana M. R. Estevão, Dilma Rousseff e Marielle Franco empunharam suas vozes e seus corpos para resistirem à pedagogia da crueldade que formou e continua compondo a história política brasileira. Suas ações e suas palavras reverberam em nós como alimento de potência para resistirmos na luta. São vidas obstinadas, enfurecidas e perspicazes, como asseverou Judith Butler sobre os poemas escritos por prisioneiros de guerra no presídio de Guantánamo. Seja no Brasil, em Cuba, na Nicarágua ou nos Estados Unidos, essas pessoas estiveram expostas a um cenário de subjugação extrema e, mesmo assim, encontram na comoção coletiva, nas palavras e na imaginação de futuro instrumentos de insurgência.

Como uma rede de comoções transitivas, os poemas [os relatos, as entrevistas, os testemunhos] – na sua criação e na sua disseminação – são atos críticos de resistência, interpretações insurgentes, atos incendiários que, de algum modo, e inacreditavelmente, vivem através da violência à qual se opõem, mesmo que ainda não saibamos em que circunstâncias essas vidas sobreviverão. (BUTLER, 2019, p. 97)

Em uma união de forças com todas as mulheres que estiveram comigo na escrita deste trabalho, gostaria de encerrar meu texto dando as mãos a mais uma delas, Gloria Anzaldúa, escritora estadunidense e chicana, que me ensinou que escrever, assim como viver, é perigoso, porque é na escrita que são revelados “os medos, a raiva, a força de uma mulher sob uma opressão tripla ou quádrupla” (2000, p. 234). É na escrita, portanto, que encontramos uma maneira de escoar anseios, incoerências, raivas. Para mim, este trabalho

representou uma travessia pelas angústias acumuladas por uma política de morte engendrada na dinâmica de poder estabelecida no país nos recentes anos. Ana M. R. Estevão, Dilma Rousseff, Marielle Franco, Verónica Gago, Judith Butler, Maria C. B. Ribeiro, Cláudia Daflon, Juliana M. do Nascimento, Audre Lorde e Rita Segato escreveram comigo essas palavras, amplificando vozes que, um dia, foram silenciadas. Gloria Anzaldúa assevera que no ato de escrita das mulheres “reside nossa sobrevivência, porque uma mulher que escreve tem poder. E uma mulher com poder é temida” (2000, p. 234). Quando muitas mulheres escrevem, derrubamos o poder para dar lugar à potência ou desejo de transformar tudo. Por isso, somos temidas. Ou enclausuradas em torres.

## Referências

- ANZALDÚA, Gloria. Falando em línguas: uma carta para mulheres escritoras do terceiro mundo. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 8, n. 1, p. 229-226, 2000.
- BELLI, Gioconda. *O país sob minha pele*: memórias de amor e de guerra. Rio de Janeiro: RECORD, 2002.
- BOLSONARO, Jair Messias. Voto proferido na Câmara dos Deputados Federal. Sessão: 091.2.55.O. Brasília, 17 de abril de 2016 às 14:04. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/internet/SitaqWeb/TextoHTML.asp?etapa=5&nuSessao=091.2.55.O&nuQuarto=3&nuOrador=1&nulInsercao=359&dtHorarioQuarto=14:04&sgFaseSessa o=OD&Data=17/04/2016&txApelido=JAIR%20BOLSONARO,%20PSC-RJ>. Acesso em 12 ago. 2023.
- BUTLER, Judith. *Quadros de guerra: quando a vida é passível de luto?* Trad. de Sérgio Lamarão e Arnaldo Marques da Cunha. 6. ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira: 2019.
- DAFLON, Claudete. *Meu país é um corpo que dói*. Belo Horizonte: Relicário, 2022.
- ESTEVÃO, Ana Maria Ramos. *Torre das guerreiras e outras memórias*. São Paulo: Editora 106; Fundação Rosa Luxemburgo, 2021.
- FRANCO, Renato. Literatura e catástrofe no Brasil: anos 70. In: SELIGMANN-SILVA, Márcio (org.). *História, Memória e Literatura. O testemunho na era das catástrofes*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2003. p. 351-369.
- GAGO, Verónica. *A potência feminista ou o desejo de transformar tudo*. Trad. de Igor Peres. São Paulo: Elefante: 2020.
- LORDE, Audre. *Irmã Outsider*. Trad. de Stephanie Borges. São Paulo: Autêntica: 2019.
- PIZARNIK, Alejandra. *Antologia poética*. Trad. de Alberto Augusto Miranda. Lisboa: O correio dos navios: 2002.
- RANCIÈRE, Jacques. *Políticas da escrita*. Trad. de Raquel Ramalhete. 2. ed. São Paulo: Editora 34, 2017.

RESENDE, Beatriz. Estratégias literárias da primeira pessoa. In: MAGRI, Ieda; CHARBEL, Felipe; GUTIÉRREZ, Rafael (org.). *Leituras do contemporâneo: literatura e crítica no Brasil e na Argentina*. Belo Horizonte: Relicário, 2021. p. 25-39.

RIBEIRO, Maria C. B. *Mulheres na luta armada*: protagonismo feminino na ALN (Aliança Libertadora Nacional). São Paulo: Alameda, 2018.

ROUSSEFF, Dilma. *Prefácio*. In: ESTEVÃO, Ana Maria Ramos. *Torre das guerreiras e outras memórias*. São Paulo: Editora 106; Fundação Rosa Luxemburgo, 2021, p. 15-17.

SEGATO, Rita. Pedagogías de la残酷. *Revista de la Universidad del México*, n. 854, nov. 2019.

SELIGMANN-SILVA, Márcio (org.). *História, Memória e Literatura*. O testemunho na era das catástrofes. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2003.

SOLNIT, Rebecca. *A mãe de todas as perguntas*. Reflexões sobre os novos feminismos. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

TEZZA, Cristóvão. A ética da ficção. In: DUNKER, Christian Ingo Lenz. et al. *Ética e pós-verdade*. Porto Alegre: Dublinense, 2017, p. 39-65.

TORRE DAS DONZELAS. Diretora: Susanna Lira. Produção: Tito Gomes. Brasil: Modo Operante Produções, 2019. Streaming.

#### NOTAS DE AUTORIA

**Glaucia Moreira Secco** (glauciassecco@letras.ufrj.br) é doutoranda em Ciência da Literatura, na área de Literatura Comparada (PPGCL – UFRJ). Mestre em Letras Neolatinas, com foco em Literaturas Hispânicas (PPGLEN – UFRJ). Pesquisadora no Laboratório de Teorias e Práticas Feministas (PACC – UFRJ) e coordenadora do Laboratório de Estudos Feministas na Escola (Colégio Pedro II). Professora Adjunta do Departamento de Língua Portuguesa e Literaturas de Língua Portuguesa do Colégio Pedro II, no Rio de Janeiro.

#### Agradecimentos

Agradeço imensamente à professora Anélia Pietrani, do Programa de Pós-Graduação em Letras Vernáculas, da Faculdade de Letras da UFRJ, por ofertar a disciplina “Estudos Feministas da Poesia do Cárcere”, no primeiro semestre de 2022, e me inspirar a escrever este ensaio.

#### Como citar esse artigo de acordo com as normas da ABNT

SECCO, Glaucia Moreira. Nem donzelas, nem caladas: guerrilheiras, militantes e escritoras da história. *Anuário de Literatura*, Florianópolis, v. 28, p. 01-18, 2023.

#### Contribuição de autoria

Não se aplica.

#### Financiamento

Não se aplica.

#### Consentimento de uso de imagem

Não se aplica.

#### Aprovação de comitê de ética em pesquisa

Não se aplica.

#### Conflito de interesses

Não se aplica.



### **Licença de uso**

Os/as autores/as cedem à Revista Anuário de Literatura os direitos exclusivos de primeira publicação, com o trabalho simultaneamente licenciado sob a [Licença Creative Commons Attribution \(CC BY\) 4.0 International](#). Esta licença permite que terceiros remixem, adaptem e criem a partir do trabalho publicado, atribuindo o devido crédito de autoria e publicação inicial neste periódico. Os autores têm autorização para assumir contratos adicionais separadamente, para distribuição não exclusiva da versão do trabalho publicada neste periódico (ex.: publicar em repositório institucional, em site pessoal, publicar uma tradução, ou como capítulo de livro), com reconhecimento de autoria e publicação inicial neste periódico.

### **Publisher**

Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-graduação em Literatura. Publicação no [Portal de Periódicos UFSC](#). As ideias expressadas neste artigo são de responsabilidade de seus/suas autores/as, não representando, necessariamente, a opinião dos/as editores/as ou da universidade.

### **Histórico**

Recebido em: 08/01/2023

Revisões requeridas em: 15/06/2023

Aprovado em: 27/09/2023

Publicado em: 10/10/2023

